

22/09/1991

JORNAL DO JURUÁ



3

CASO MACEDO

Rimen continua em liberdade

A denúncia dos índios do Vale do Juruá em Brasília sobre a existência do plantio e tráfico de maconha e cocaína em suas reservas teria sido o motivo do atentado contra o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, em Cruzeiro do Sul, Antônio Macedo, 30 anos, pelo seringueiro William, conhecido por Rimen.

O atentado ocorreu no último dia 11, na cidade de Thaumaturgo de Azevedo, quando Macedo saía do armazém do senhor Chico Preto, depois de comprar alguns mantimentos. Rimen lhe agrediu com um soco no rosto, efetuando, ainda, três disparos com uma arma calibre 38, exclusiva do arsenal das Polícias Civil e Militar do Estado —, que não funcionou, a exemplo da arma que estava em poder dos guarda-costa do seringueiro e ecologista Chico Mendes na noite do seu assassinato, a 22 de dezembro de 1988, em Xapuri.

Rimen acreditava que Macedo teria incentivado os índios Kampa a depor na Polícia Federal, em Brasília, sobre o narcotráfico em áreas indígenas no Acre. Apesar disso, explica-se porque, há alguns anos, quando o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros era funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Polícia Fede-

ral descobriu um laboratório de beneficiamento a pasta base de cocaína e uma plantação de maconha numa área próxima à casa de Nanci, pai de Rimen. Na denúncia dos índios, eles afirmam que Rimen é, possivelmente, uma espécie de fonte de recepção na Vila Thaumaturgo.

RIMEN LIVRE

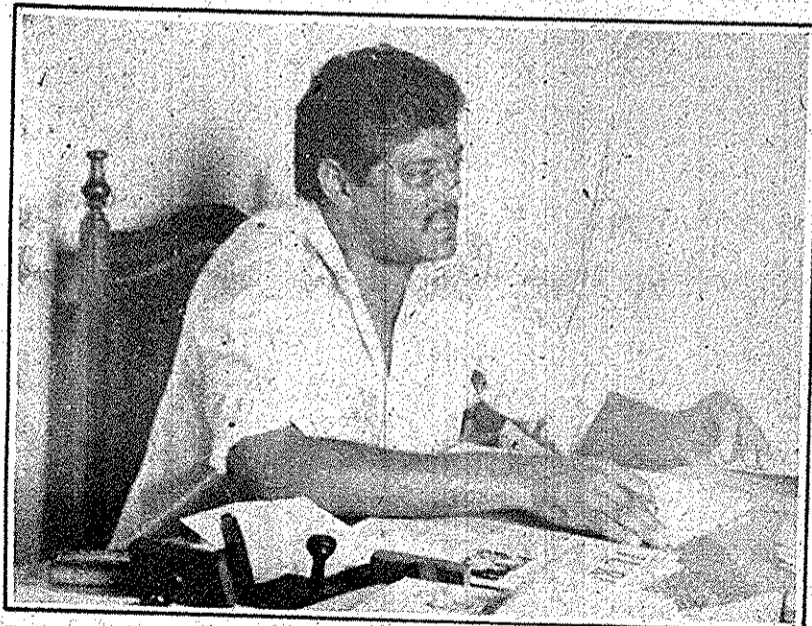
Apesar de todas as evidências que incriminam o seringueiro Rimen, ele continua em liberdade. De acordo com o promotor público Samuel Evangelista, os dois policiais militares que estavam em vila Thaumaturgo na ocasião já foram ouvidos e mais duas testemunhas (dois índios), que prestaram depoimento no dia 17 passado. O promotor explica que, para que seja efetuada a prisão preventiva do agressor, torna-se necessária a identificação do crime — como lesão corporal ou tentativa de homicídio —, que só pode ser feita depois de terminadas as investigações. Por sinal, ele lembrou que esse trabalho é da competência dos departamentos de Polícia, e não do Ministério Público.

Este caso está sendo presidido pelo delegado Arquimedes Borges,

que disse estar enfrentando muitas dificuldades para encaminhar esse processo, uma vez que o crime ocorreu numa localidade distante e de difícil acesso. Para resolver esse problema, o promotor Samuel Evangelista lembrou que, até agora, foram ouvidas apenas das testemunhas (dois índios) e os dois policiais que

estavam no local.

Segundo ele, as investigações só vão poder ser agilizadas depois que a aeronave que ele pediu de Brasília chegar. Enquanto o avião não chega, as investigações caminham lentamente e o agressor, fica andando pela rua livremente, como se nada tivesse acontecido.



Delegado Arquimedes da Silva Borges



Dr. Samuel Martins Evangelista